Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384
Boletim do Tempo Presente, nº 04, de 08 de 2013, p. 1 - 19, | http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente

# A DIREITA QUE SE (RE) CRIA: AIB, ARENA E PRONA

Por *Odilon Caldeira Neto[1]*

**Resumo**: As tentativas de recriação homônima de legendas e agremiações da direita brasileira suscitam uma série de entraves, além de novas práticas e referenciais. Objetiva-se, neste artigo, análise específica da relação conflituosa entre memória, história e as diversificadas estratégias políticas de três dessas iniciativas: "Ação Integralista Brasileira" (AIB - 1932/1985), "Aliança Renovadora Nacional" (Arena - 1966/2012) e "Partido de Reedificação da Ordem Nacional" (PRONA - 1989/2012).

**Abstract:** The attempt to recreate legends and homonymous of the Brazilian right associations present a series of obstacles, as well as new practices and benchmarks. Objective, in this article, specific analysis of the conflicting relationship between memory, history and the diverse political strategies of these three initiatives: "Ação Integralista Brasileira" (AIB - 1932/1985), "Aliança Renovadora Nacional" (Arena - 1966/2012) and "Partido de Reedificação da Ordem Nacional" (PRONA - 1989/2012).

Uma das proposições imanentes na composição das disputas e objetivos políticos de segmentos da direita brasileira residem, ora maximizados, ora subalternos, nas perspectivas de formalização e constituição de organizações e agremiações, que fariam jus às premissas ideológicas de estratos da sociedade que, reincidentemente, se postulam enquanto não representados (tampouco representantes) pelos tradicionais e sobretudo atuais cânones da política partidária nacional.

Na história recente, dentre as múltiplas estratégias possíveis utilizadas por setores radicais e extremistas à direita do espectro político brasileiro, é possível constatar a reincidência da ocorrência de iniciativas de refundação de organizações e agremiações que foram referenciais para a categoria política específica. Almejam, dessa maneira, uma "direitização" da política e sociedade brasileira, entremeados por um postulado de moldes teleológicos, que por sua vez é permeado pela incessante busca de um eterno retorno que outrora foi a substancialização de um afamado porvir de glória.

Dentre essas iniciativas, é possível ressaltar, para fins analíticos, a tentativa de refundação homônima de organizações e agremiações que, cada qual a seu tempo, modo e intensidade, se estabeleceram enquanto referenciais para a direita radical e extremista brasileira, à saber: a Ação Integralista Brasileira (AIB), a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA).

A recriação homônima de organizações anteriormente existentes não é uma atribuição e perspectiva hegemônica da recente direita brasileira (no caso, utiliza-se, aqui, de "história recente" enquanto práticas oriundas e circunscritas à chamada "Nova República"). É possível, para fins ilustrativos, citar as disputas e querelas de fundamentação político-ideológica, envolvendo a recriação do Partido Comunista Brasileiro pós-regime militar ou, ainda, as disputas concernentes ao momento de refundação do Partido Trabalhista Brasileiro que, por sua vez, vieram novamente à tona no momento de regulamentação da criação do Partido Social Democrata de Gilberto Kassab, em 2011.

Nos casos anteriormente citados, além da filiação limítrofe à direita do espectro político (em alguns casos ainda que a revelia), as três (re)fundações possuem em comum a aparente ou superficial ausência de condições essenciais e propícias para uma efetiva apropriação do capital político (no sentido assinalado por Pierre Bourdieu[2]) das legendas "clássicas", ao menos em momentos iniciais, isto é, no período de tentativa de arregimentação de quadros e militância, além das iniciativas de inserção no campo político institucionalizado nacional.

No entanto, essas organizações, além de seus mitos de (re) fundação, diferem em suas premissas e perspectivas político-ideológicas de fundamentação e atuação, pois além de almejarem a citada inserção nas altas instâncias do campo político nacional, disputam a representatividade e reconhecimento diante dos setores mais radicais da direita brasileira. Faz-se necessário, pois, uma breve leitura de cada qual dessas iniciativas citadas, para evidenciar suas similaridades e dissonâncias no seio da direita disposta à direita da direita brasileira.

## 1. Ação Integralista Brasileira (AIB - 1932/1985)

O integralismo foi e persiste enquanto uma das principais expressões e referenciais da história política nacional, incorporando um valor simbólico, embora efetivo, do momento da emergência de novas práticas e paradigmas à direita, sobretudo a de inspiração fascista. O movimento dos camisas-verdes, pré-gestado pela Sociedade de Estudos Políticos, foi oficializado em 1932, quando da criação da Acção Integralista

Brasileira e, ainda que não tenha sido a primeira organização de cunho fascista surgido no Brasil, foi certamente a mais efetiva em atuação e perspectivas políticas diversas.

Embora o integralismo não tenha atingido, durante os anos 1930, o poder e os cargos eletivos para o qual o movimento acreditava estar predestinado, alguns fatores auxiliam a compreender os motivos para a constituição da condição de referencial à direita, o que, por sua vez, elucida em parte a persistência das práticas integralistas na contemporaneidade, o fenômeno neointegralista. É possível delinear os anos 1920 enquanto período de hegemonia da esquerda no tocante às novidades políticas, em muito causado pelas decorrências da revolução russa e o processo de internacionalização das lutas e anseios revolucionários, ou mesmo daqueles mais moderados, ainda que de esquerda.

A década de 1930, por sua vez, foi marcada pela hegemonia da direita em relação às novidades políticas. Dentre as tendências de direita em emergência e solidificação no período, coube certamente ao fascismo enquanto "nova onda" internacional e detentora do status de principal baluarte na defesa aos anseios e movimentações esquerdistas. O integralismo se inseriu nessa perspectiva da novidade política da direita, utilizando, concomitantemente, estratégias que garantiram a condição de movimento e (posteriormente) partido político de massas, mesclando intelectuais e políticos emergentes e relativamente reconhecidos, além de uma máquina doutrinária e simbólica que arregimentou larga militância e extensas áreas de atuação dos camisas e blusas verdes.

O destino vitorioso era uma persistência no discurso integralista, um processo teleológico que faria jus às premissas e primados essenciais da verdadeira brasilidade, ora desconhecida, ora incrustada nos rincões do país, onde, até a emergência integralista, nenhum movimento político brasileiro haveria penetrado com tamanha propriedade, ao menos na perspectiva discursiva dos membros das fileiras do Sigma.

Essa proposição, adicionada do discurso antiliberal, anticomunista, antissemita e chauvinista, foram elementos essenciais do integralismo da AIB dos anos 1930, disseminando a ideia de um nacionalismo orgânico, que teria no integralismo o princípio e único fim (ou eternidade).

À revelia das ambições integralistas, o fim ou início da história não se concretizou. O apoio dos integralistas ao golpe que deu início ao Estado Novo, assim como a negativa à tentativa de inserção político-ideológica integralista no novo regime, sinalizou o fracasso do projeto político da AIB, sacramentado na extinção do partido em 1937, juntamente a outras agremiações existentes.

O fim da AIB, contudo, não significou o cessar das atividades integralistas na política nacional. Da tentativa de criação da Associação Brasileira de Cultura (que seria incumbida em manter vivas as chamas integralistas nas condições restritivas do Estado Novo), passando pelo Partido de Representação Popular (1945-1965, principal organização integralista no pós-guerra), até os anseios de fascistização do regime militar quando da inserção integralista na Arena[3], os ex-camisas-verdes permaneciam esperançosos naquela ascensão política outrora anunciada.

Se, por um lado, a ocorrência dessas experiências políticas auxilia a corroborar a aparente persistência do integralismo enquanto referencial para setores da ultradireita brasileira dos períodos citados houve, no entanto, um abrupto decrescimento nas antigas e extensas fileiras integralistas dos tempos de AIB. De modo geral, é possível constatar que, apesar da permanência dos referenciais simbólicos de tempos da AIB (que, vez ou outra foram retomadas em intensidades diversas pelos movimentos integralistas posteriores à AIB), o esvaziamento dos quadros integralistas acometeu não somente a militância de base, mas também a intelligentsia do movimento, de modo que, da tríade chefia, restou somente o chefe nacional e fundador da SEP e AIB, Plínio Salgado.

Dessa maneira, para além da liderança que a trajetória política integralista lhe outorgava, Plínio Salgado consolidou a condição de elo substancial entre o integralismo histórico (compreendido aqui no sentido da AIB dos anos 1930) e os movimentos e organizações integralistas posteriores. No entanto, além do esvaziamento das fileiras integralistas citado, o próprio capital político integralista sofria reveses com o passar dos anos, visto que se tornara um capital com aspecto crescentemente personalista, justamente pela filiação "integralismo x Plínio Salgado" consolidada, fosse essa condição objetivamente construída ou não.

A centralização integralista sob Plínio Salgado não significou, no entanto, a extinção de uma militância que embora diminuta, permanecia efetivamente saudosista e

com vistas ao futuro. Isso pode ser corroborado, inclusive, pelo processo e disputas decorrentes e concernentes ao fenômeno neointegralista. Em 1975, após a morte de Plínio Salgado, o integralismo perdeu seu principal representante, ideólogo e cerne aglutinador, de modo que o capital político integralista – ainda que sob aspectos personalistas - sofreu um revés.

Os integralistas, após a perda do líder, notaram-se no olho de um furacão constituído pela memória, história e militância integralista, uma combinação conflituosa. A estratégia inicial predominante dos neointegralistas consistiu na preservação da memória do movimento e postulados doutrinários, todavia sem perspectiva evidentemente política, ao menos do ponto de vista institucional da questão.

A construção dos "lugares de memória" (no sentido assinalado por Pierre Nora[4]) consolidou-se como o primeiro estágio, para a posterior ação política efetiva, em busca de institucionalização e reivindicativa do capital político integralista.

Dentre os grupos que se dispuseram contra o "marasmo contemplativo" de algumas organizações neointegralistas, um dos principais – no contexto analítico específico, foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), homônima à da década de 1930, liderada por Anésio de Lara Campos Júnior, advogado de tradicional família paulista e antigo perrepista. Decorridos dez anos do falecimento de Plínio Salgado, a (re)criação da Ação Integralista Brasileira sinalizou a tentativa de aglutinação do capital político (neo)integralista, então disperso em diversas legendas, siglas e organizações grupusculares e politicamente efêmeras.

A condição política neointegralista fragmentada, palco da disputa entre os "herdeiros do Sigma", impunha necessidade para que a nova AIB dispusesse um aparato para se situar no emaranhado entre memória, história e atuação política no momento de sua criação. Dessa maneira, a AIB neointegralista buscou manejar os olhos ao passado, isso é, a história e doutrina integralista dos anos 1930 aos aspectos hodiernos, tal como o contexto da Guerra Fria, a questão da AIDS, entre outros aspectos não existentes quando da primeira organização dos camisas-verdes.

A retomada do passado integralista, por sua vez, não era articulada de maneira descompromissada, visto que determinadas características do integralismo dos anos

1930 sofreu constante processo de diluição (isto é, apagamento, silenciamento e esquecimento) nas siglas e organizações integralistas existentes entre os anos 1937 e 1975. A questão do reconhecimento da condição fascista, que nos anos 1930 não era um problema, senão um fator positivo, necessitou ser explicada desde o PRP até organizações posteriores[5].

Dessa maneira, portanto, cabia aos neointegralistas o fino trato em relação a questões problemáticas. À nova AIB, essa questão era ainda mais evidente, visto que buscavam não somente retomar o ideal integralista (fosse ele dos anos 1930 ou décadas posteriores), mas sobretudo o principal referencial histórico, que evidenciava todos os elementos problemáticos que sofreram rearticulação nos anos posteriores, sob a capitania de Plínio Salgado (e demais integralistas).

À revelia das tendências neointegralistas mais moderadas, o grupo liderado por Anésio Lara evidenciou-se radical e extremista, trazendo à tona, entre outros elementos do integralismo histórico, a questão do antissemitismo, que mesmo durante os anos 1930 era tratado com extrema cautela entre os camisas-verdes, inclusive dentro do alto escalão do movimento.

No embate entre memória e história; passado, presente e futuro, a AIB neointegralista empreendeu esforços para a defesa e disseminação das teses antissemitas de negação do Holocausto. Para isso, além da defesa pública do negacionismo (congregada, nos anos 1980, sobretudo na editora Revisão Ltda. de Siegfried Ellwanger) inclusive em rede pública de televisão, a nova AIB consolidou relações com grupos clandestinos e neonazistas, como o Partido Nacional-Socialista Brasileiro, de Armando Zanine Júnior e outros agrupamentos juvenis urbanos, tal qual os Carecas do Subúrbio, facção das mais radicais dos skinheads brasileiros.

Aspectos problemáticos da nova AIB não permaneceram reduzidos somente na questão do reavivamento de determinadas “polêmicas” integralistas de outrora. A disputa entre os remanescentes integralistas (ou neointegralistas) se dava por sobre a herança do movimento, sendo que um desses componentes era justamente a legenda AIB. O registro da AIB, embora legalmente amparado (visto que a sigla havia sido extinta pós-1937), suscitou a disputa entre os “guardiões da memória” integralista[6], envolvendo inclusive a viúva de Plínio Salgado, D. Carmela. Havia, desse modo, a

ausência de condições propícias para a completa legitimação da AIB, fosse por razões endógenas (isto é, o não reconhecimento das própria fileiras neointegralistas remanescentes) ou exógenas, em vista das polêmicas provenientes da radicalização da segunda AIB.

Dessa maneira, coube aos neointegralistas a estratégia de criação de outras legendas e organizações neointegralistas, evidenciando a fragmentação integralista pós-1975. De qualquer modo, o caráter efêmero dessas e demais organizações dos integralistas (até momentos atuais, diga-se de passagem), não subtrai a condição do integralismo enquanto referencial para a direita radical e extremista brasileira. Esse atributo é corroborado inclusive pela persistência de integralistas (ou do integralismo) em outros movimentos da direita extremista brasileira, tanto em aspectos das novidades políticas, quanto nas possíveis recriações de legendas outrora existentes, não somente da AIB, como é possível observar no caso da Aliança Renovadora Nacional.

## 2. Aliança Renovadora Nacional (Arena – 1966/2012)

Diferentemente da trajetória política do integralismo, que se institucionalizou visando à disputa de cargos eletivos[7], a Arena (Aliança Renovadora Nacional) foi criada quando já dispostas as conseqüências do golpe civil-militar de 1964. Fundada oficialmente em 04 de abril de 1966, a Arena pode ser compreendida enquanto decorrência direta do AI-2 e do Ato Complementar nº 04, que promulgaram o fim do multipartidarismo, dando início ao bipartidarismo que perdurou até 1979.

Destinada a salvaguardar os "ideais salvadores e progressistas que inspiraram a Revolução de Março de 1964"[8], a Arena estabeleceu trajetória reconhecidamente pró-regime militar. No tocante aos membros do partido, a Arena agregou uma grande parcela de políticos outrora pertencentes a legendas à direita do espectro político brasileiro. De udenistas a integralistas (tal qual Plínio Salgado, inclusive), transitando por outras agremiações diversas, a Arena consolidou, de fato, um aspecto multifacetado na constituição de sua organização.

Isso, em parte, explica a construção e disseminação da tese segundo a qual a Arena serviu para e tão somente enquanto estrutura de legitimação e sustentação do

regime militar. No entanto, essa proposição há de ser analisada à luz dos embates políticos existentes e decorrentes do período ditatorial. Resumir a Arena enquanto um mero "bode expiatório" ou "partido do sim, senhor" incorre na reprodução de um processo de deslegitimação estabelecido ainda quando da atuação da agremiação, da construção de um pressuposto gerado evidentemente para desqualificar o oponente e, consequentemente, o próprio regime militar. A desqualificação pressupõe, ainda, que a agremiação não teria uma identidade e ideologia própria, apenas um amontoado de indivíduos envoltos na prática adesista.

Ainda que a questão do adesismo estivesse de fato presente dentro da logística e trajetória arenista e a agremiação não tivesse um aspecto marcadamente e evidentemente ideológico, o apoio de vários membros do partido ao processo iniciado em 1964 (os autointitulados revolucionários) e as correntes de pensamentos que foram delineadas durante o período de existência partidária, atestam que o elemento ideológico esteve presente na constituição e atuação arenista.

Conforme mostra Grinberg[9], o mito da homogeneidade e concordância absoluta para com os militares não exprimem por completo - ou chegam a desvirtuar - a compreensão acerca do histórico e as questões decorrentes da atuação da agremiação. As disputas existentes dentro da estrutura do partido, assim como a não-concordância com alguns dos pressupostos e determinações do regime militar sinalizam, de fato, que além de um mero bode expiatório (à visão da época e, em certo sentido, em algumas produções acadêmicas), a Arena vivenciou, enquanto agremiação partidária, cisões, disputas, batalhas e discordâncias, ou seja, comportamentos típicos de organizações oriundas e destinadas ao campo político. Contudo, tal condição/configuração não exprime, tampouco desvinculam o elo óbvio entre a Arena e a ditadura civil-militar, assim como a filiação à direita política.

É curioso notar, no entanto, que, em determinados momentos históricos, sobretudo quando da sinalização do processo de afrouxamento das políticas restritivas às agremiações políticas (entre elas o princípio do fim do bipartidarismo), algumas correntes presentes na estrutura partidária buscaram a criação de uma identidade independente ao regime militar. Isso, contudo, há de ser compreendido enquanto elementos tácitos da disposição das possibilidades do campo político, mas que demonstram a dubiedade da própria agremiação em relação aos militares.

É possível constatar, pois, que o processo que se iniciou com a defesa e salvaguarda dos "ideais gloriosos da Revolução" deram lugar a disputas de poder no seio das estruturas ditatoriais (sem que isso, no entanto, afetasse a condição de, no mínimo, apoiadores do regime) e mais adiante, em um processo de distanciamento dos "excessos" da ditadura.

A prática de distanciamento dos referenciais ditatoriais permaneceu, inclusive, quando do processo de abertura e redemocratização. Conforme argumenta Power[10], o fato de o Brasil ter vivenciado a paradigmática transição conservativa (ou democratização conservativa) auxilia a compreender a permanência de muitos dos referenciais políticos da ditadura (excetuando-se os militares, evidentemente) nas estruturas do processo da própria democratização e, consequentemente, nas legendas da Nova República.

Essas características, adicionada do processo acadêmico, político e social de discussão e análises sobre o autoritarismo e crimes da ditadura, evidenciaram alguns entraves inviabilizadores às tentativas de retomada de alguns pressupostos ideológicos e organizativos do regime pós-1964. Porém, setores saudosistas dos militares e civis afeitos ao regime – por meio de agrupamentos como Ternuma (Terrorismo Nunca Mais [11]) -, empreenderam a sistemática tentativa de defesa da memória dos militares "revolucionários", assim como o regime ditatorial. Visto dessa perspectiva, a tentativa de (re) criação da Arena é, portanto, uma iniciativa extremamente recente e, em certo sentido, inédita – ao menos na perspectiva da ditadura militar.

No dia 13 de novembro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União (páginas 202 e 203), o estatuto da nova Aliança Renovadora Nacional[12], contendo as disposições e estruturas gerais do partido e programa nacional de atuação. A princípio, tal estratégia se diferencia da Arena do regime militar, pois o intuito de tal publicação seria, para além de uma decorrente oficialização e legitimação perante setores da ultradireita brasileira, dar início à coleta das aproximadamente quinhentas mil assinaturas, necessárias para o registro e regularização na Justiça Eleitoral. Desse modo, após coletadas as assinaturas, a Arena estaria apta à participação no processo eleitoral, além do recebimento de verba oriunda do Fundo Partidário.

A prévia organização da nova Arena foi realizada primordialmente via internet. Não apresenta, nesse sentido, nenhuma grande novidade em relação a outros pequenos grupos da extrema-direita brasileira. De fato, é na internet que ocorre o principal espaço de interlocução – quiçá atuação desses grupos, sejam por razões técnicas, financeiras, políticas ou legais (principalmente no caso de organizações racistas, neonazistas, antissemitas e afins). No tocante à direção da nova Arena, é possível constatar a presença massiva de indivíduos desconhecidos do campo político institucional atual, a começar pela presidente da sigla, Cibele Bumbel Baginski, jovem estudante universitária (23 anos) residente em Caxias do Sul, interior gaúcho.

Há, portanto, um relativo hiato histórico, sobretudo se comparado à tentativa de refundação da AIB, no sentido da não existência de referenciais históricos da antiga Arena, ou ao menos indivíduos que poderiam construir essa relação (como Anésio Lara e demais integrantes da nova AIB buscaram forjar e consolidar). Isso, evidentemente, acaba por enfraquecer a fundamentação política reivindicativa da agremiação homônima, todavia, em contrapartida, possibilita a inserção de novos referenciais e valores, sem a necessidade de uma extensa – ou não tão latente – batalha pela memória.

Desse modo, é possível constatar que a segunda Arena insere diversos elementos inexistentes no estatuto original da agremiação de 1965, assim como questões que não se configuraram enquanto representação e prática da legenda durante o regime militar. O estatuto da nova Arena define alguns postulados da nova agremiação, tal como "possui como ideologia o conservadorismo, nacionalismo e tecno-progressismo, tendo para todos os efeitos a posição de direita no espectro político".

É possível constatar que não há menção da outrora aclamada "revolução de 1964", seus valores e atores. No entanto, é possível supor que a enunciação da filiação da agremiação à direita do espectro político configura-se, em certo sentido, como estratégia para fazer jus à reivindicação do nome, histórico e capital político da antiga sigla. Sobre a questão da filiação à direita política, o estatuto da nova Arena dispõe, ainda, a seguinte resolução: "[...] em respeito à convicções ideológicas de Direita, não coligará com partidos que declaram em seu programa e estatuto a defesa do comunismo, bem como vertentes marxistas".

A enunciação à direita, fazendo uso da condição anticomunista, antimarxista e antiesquerdista sugere, ainda, a tentativa de aglutinar diversas tendências à direita do campo político nacional, o que, por sua vez, é condizente com a trajetória da primeira Arena. Todavia, é necessário ressaltar que o processo de aglutinação de atores e legendas partidárias da primeira Arena tenha ocorrido após a determinação do bipartidarismo, de modo que a nova sigla almejaria estabelecer o sentido oposto desse processo.

Dessa maneira, o propósito do processo de aglutinação viria, então, a suprir a ausência de um referencial à direita na política nacional, compreendendo aos novos arenistas o sentido de direita política enquanto essencialmente anticomunista (e variáveis possíveis), agregando correntes e tendências diversificadas ou mesmo conflitantes, como "conservadoras, nacionalistas, integralistas, militaristas, monárquicas, liberais moderadas" [13]. Essa estratégia e enunciado, contudo, se abalroa nos próprios parâmetros constituintes da nova Arena, ao menos conforme os propósitos oficializados no estatuto do novo partido.

A questão do tecno-progressismo, por exemplo, teoricamente iria de encontro com os preceitos do partido e de suas correntes constituintes (e, por consequência, da agenda política histórica reivindicada). Em linhas gerais, o tecno-progressismo (também chamado de tecno-progressivismo) pode ser descrito enquanto movimento e corrente filosófica que prega o desenvolvimento tecnológico aliado ao progresso social e humano, envolvendo questões como neurociência, cibercultura, biopolítica (não no sentido foucaultiano do termo) entre outras, fundamentado em uma perspectiva (ultra) iluminista e racionalista, inserido em uma proposta de determinações políticas, inclusive por parte do poder político constituído.

Configuram-se, de acordo com DeBaets[14], enquanto dissidência à esquerda (em uma perspectiva social-democrata, mais especificamente) do movimento transhumanista que, por sua vez, prima pela transcendência da condição humana, justamente em decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico. Os transhumanistas, apesar de multifacetados em setores e correntes que podem ser dispostas mais à esquerda ou à direita do espectro político, vivem sob um predomínio quase absoluto de ultra-liberais adeptos da Escola Austríaca (inspirado sobretudo em Hayek), também chamados de anarcocapitalistas. Tanto os tecno-progressistas, quanto

os transhumanistas são críticos aos chamados bioconservadores, que por sua vez, estão também dispostos à esquerda ou à direita do campo político, e são combatentes a quaisquer proposições que defendam ou proponham teses e tecnologias de melhoramento humano.

Não é despropositado supor, portanto, que a fundamentação "tecno-progressista" autoproclamada pela nova Arena vá de encontro não somente com os pressupostos da primeira Arena, mas também às correntes supostamente existentes na nova agremiação. Grupos monárquicos e integralistas, por exemplo, são assíduos reprodutores (ou mesmo elementos pró-ativos) de variadas organizações cristãs conservadoras, que primam por diversos referenciais comuns ou oriundos dos chamados bioconservadores, estabelecendo, portanto, um paradoxo entre o postulado da agremiação e os grupos, organizações e correntes ideológicas que os novos arenistas buscam almejar e agregar à agremiação.

A questão do "tecno-progressismo" não é um caso isolado. A retomada de uma legenda outrora existente pressupõe e predispõe um grau mínimo de concordância ideológica para com o referencial histórico, justamente visando à transmissão/resgate de um provável capital político. Por outro lado, há a latente necessidade de inserção de novos elementos reivindicativos, discursivos ou mesmo doutrinários, para desvirtuar qualquer possibilidade de aparência anacrônica à legenda mais recente. É desse modo, portanto, que a nova Arena pleiteia a retomada da disciplina de Educação Moral e Cívica nos bancos escolares, ao mesmo tempo em que propõe bandeiras típicas de setores conservadores e reacionários atuais, como a extinção da maioridade penal (que passaria a ser de dezesseis anos), a defesa do ensino de história "sem ênfases tendenciosas doutrinariamente" e a abolição de quaisquer "sistemas de cotas raciais, de gênero ou condições 'especiais'".

A proposta de extinção dos sistemas de cotas e programas de auxílio ao ensino substancializa mais um elemento paradoxal da nova Arena, visto que a própria presidente da legenda é bolsista do "Programa Universidade para Todos" (Prouni), do Governo Federal[15]. As evidentes contradições existentes entre o postulado proposto pela agremiação e suas próprias condições evidenciam, além de uma possível fragilidade da formação política do grupo, o quão trabalhoso é o embate entre memória e história, passado e presente para essas agremiações – e especificamente a Arena, que

requer para si um passado, no qual muitos dos atores envolvidos estão em processo de esquecimento.

Propor a retomada do passado (ou parte dele) da história política brasileira (ainda que um passado recente) é um processo evidentemente trabalhoso para essas agremiações, sobretudo para o caso de referenciais significativos da direita brasileira, tal qual a Ação Integralista Brasileira de 1932 e da Aliança Renovadora Nacional de 1966. Recriar uma organização política imaginada, fundada e atuante em outra ordem política estabelecida e transpô-la para o tempo presente é algo trabalhoso e problemático para as agremiações.

## 3. Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA – 1989/2012)

A tentativa de retomada do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), portanto, é diferenciada dos casos das novas AIB e Arena, pois se refere à tentativa de refundação de uma agremiação política de direita fundada ainda na Nova República, de modo que teoricamente a transmissão de um provável capital político seria mais facilmente manipulável, desde que a disposição dos atores envolvidos assim permitisse.

Fundado oficialmente em 06 de abril de 1989, o PRONA esteve circunscrito num panorama que, ao contrário do ocorrido com AIB e Arena, era evidentemente não propício aos setores e representantes da ultradireita brasileira. Se em 1932 a AIB estava circunscrita no apogeu da fascistização da ordem política internacional, em 1966 a Arena surgiu já como uma das vitoriosas do golpe de 1964. O PRONA, ao contrário, surgiu momentos antes do primeiro pleito eletivo direto (pós-1964) para presidência do país, onde os diversos candidatos e legendas buscavam construir e difundir propostas e soluções para os problemas oriundos da ditadura civil-militar.

O discurso do PRONA a favor da ordem, da moral, do Estado, das forças armadas e de um nacionalismo orgânico, foi de prontidão atrelado a aspectos do regime antecessor. A figura de Enéas Carneiro, médico cardiologista fundador do partido, tida como folclórica e caricata, despertava a atenção do público, adversários políticos e opinião pública em geral, descrito como radical e neofascista. Além disso, a ascensão de

diversos movimentos e siglas neofascistas européias no pós Guerra-Fria, tal qual o Front National de Jean Marie Le-Pen, ao mesmo tempo em que havia um crescimento evidente do PRONA, serviu para substancializar a representatividade da agremiação perante a direita extremista brasileira e, consequentemente, a carga negativa que isso lhe imputava.

A condição de representante da direita no pós regime-militar não era, em certo sentido, vantajoso para as ambições políticas do PRONA e de Enéas Carneiro. Isso é possível corroborar pelo processo de distanciamento e esquecimento empreendido pelos atores políticos envolvidos na ditadura, sobretudo daqueles outrora filiados à Arena e então dispostos nas novas legendas pós-democratização. Conforme indica Tarouco[16], a trajetória do Partido da Frente Liberal (PFL) é um indício dessa premissa, pois embora sendo sucessor natural do PDS (Partido da Democracia Social - e, consecutivamente da Arena), buscou se desvencilhar da herança ditatorial e dos referenciais ideológicos e discursivos da direita autoritária.

Entretanto, por outro lado o PRONA se valeu dessa representatividade à direita radical e autoritária brasileira. Há indícios que sugerem que a agremiação elaborou estratégias para circular entre a extrema-direita (que lhe garantia representatividade e capital eleitoral) e os limites e possibilidades dispostas pela condição democrática da Nova República. Apesar disso, a atuação da agremiação, sobretudo se comparado à AIB e Arena, foi efêmera e meteórica. De fato, o PRONA não conseguiu construir um capital político para as ambições do partido (que, em última instância, seria a eleição presidencial de Enéas Ferreira Carneiro), e a maior vitória eleitoral da agremiação, quando o presidente do partido foi eleito deputado federal em votação recorde, ocorreu momentos antes de sua extinção, no ano de 2006.

Essa condição, no entanto, não afasta a possibilidade do PRONA ter construído um breve capital político, sobretudo no campo limítrofe da direita. Contudo, a imagem e trajetória do partido estiveram dispostas de modo extremamente personalista, como é possível constatar ainda quando do partido em atuação. Além da presidência inconteste de Enéas Carneiro da fundação à extinção da legenda (1989 – 2006), o bordão do candidato, “Meu nome é Enéas!” foi repetido à exaustão, com as devidas modificações, por outros candidatos do partido, sobretudo Havanir Nimtz (que bradava o slogan “Meu

nome é Havanir!"), além de disputas decorrentes de candidatos "clones", que simulavam o nome e inclusive a aparência física do líder do PRONA[17].

A condição personalista construída por sobre o capital político da agremiação pode ser considerado enquanto um dos fatores determinantes para a não recriação da legenda logo após a morte do fundador da sigla. A recém iniciada tentativa de refundação do PRONA busca romper, portanto, com essa problemática. Ainda que seja uma iniciativa permeada por amadorismo político, onde a condição apócrifa é um indício dessa questão, e realizada integralmente por meios virtuais (via web site e seções em redes sociais), a simples ocorrência auxilia a reforçar a condição do PRONA enquanto referencial à ultradireita brasileira na Nova República e principalmente o caráter grupuscular e fragmentado dessa direita após o regime militar, ao menos no aspecto das agremiações nacionalistas e autoritárias.

Apesar da proximidade temporal entre a extinção do PRONA (2006) e a tentativa de recriação da agremiação (2012)[18], é possível constatar divergências estratégicas e discursivas, por meio de breve análise dos estatutos, manifestos e programas partidários das duas agremiações[19]. Se, por um lado há a continuidade do apelo à ordem e nacionalismo enquanto valores fundamentais para o bem estar social, o novo PRONA busca "combater todas as manifestações de discriminação social de gênero, de orientação sexual, de cor, de raça, idade ou religião".

O aparente aspecto menos autoritário, no entanto, dá lugar a ideias radicais, inclusive se comparadas ao PRONA de Enéas Carneiro: a premissa de uso de força militar em casos que "ameacem a soberania nacional promovidos por agentes estrangeiros". A proposição pouco explícita leva à compreensão da suposição da possibilidade de intervenção golpista na democracia brasileira, sobretudo se relacionado a trechos do manifesto do novo PRONA: "Vimos o fim da era ditatorial e a ascensão da democracia como um novo marco da vida política brasileira. Desde então nosso país aos poucos foi perdendo a ordem e a moral da política".

Em certo sentido, a tentativa de refundação do PRONA acaba por estabelecer um discurso mais radical e antidemocrático se comparado à tentativa de refundação da Arena. É paradoxal, portanto, que a tentativa de recriação de uma agremiação existente dentro de uma ordem constitucional democrática estabelecida (ou em processo de

estabelecimento) mantenha-se, em certo sentido, mais afeito à ordem ditatorial, da qual a Arena serviu de alicerce, ao passo que a segunda busque inserção em uma estrutura política tão divergente às práticas arenistas de outrora.

Há, contudo, semelhanças entre as duas novas agremiações. Assim como a nova Arena, o novo PRONA se posiciona contra qualquer sistema de cotas para a educação pública e privada nacional. Assemelham-se, ainda, na preocupação expressa com o sistema carcerário nacional. Todavia, ao passo que a nova Arena propõe a privatização dos presídios, o novo PRONA não menciona essa possibilidade.

O intenso fluxo de transição de referenciais e práticas entre passado e presente perpetuado por estes grupos – novas Arena, AIB e PRONA, promovem pontos de conflito e embates decorrentes das estratégias de obtenção de capital político e representatividade ante setores mais radicais de direita. Apesar da existência de elementos convergentes entre as três organizações, tal qual o nacionalismo autoritário expresso em moldes e roupagens conservadoras, a querela impõe barreiras supostamente intransponíveis, principalmente devido ao referencial histórico de cada uma delas estar inscrito em um recorte temporal específico.

Esse aspecto esmigalhado dos grupos brevemente analisados não difere em muito de outras diversas organizações da direita brasileira, sobretudo das que atuam e se restringem aos terrenos e práticas do radicalismo e extremismo político. Contudo, para além de uma discussão acerca da possibilidade de algumas dessas organizações conquistarem o poder político institucionalizado, assim como de suas diversas fragilidades constituídas (muitas delas aparentes, conforme visto), é necessário atentar para a vitalidade de estudos sobre a direita brasileira, por serem elementos ativos, constituintes da história política nacional, que representam segmentos da sociedade, visões de mundo e nutrem disposição para criação e atuação em forças políticas organizadas, buscando se inserir (ou desconstruir) em uma ordem democrática ainda em processo de consolidação.

**Notas**

[1] Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em história pela Universidade Estadual de Maringá, tendo defendido a dissertação "Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento". Atualmente, é doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pesquisa em andamento sobre o Partido de Reordenação de Ordem Nacional (PRONA), seus enlaces e trajetórias no âmbito da direita radical e extrema-direita na Nova República. Contato: odiloncaldeiraneto@gmail.com.

[2] BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In : _____. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1986.

[3] Cf. TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D"ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.

[4] NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

[5] Cf. CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Rapsódia Verde: as comemorações do jubileu de prata integralista e a manutenção de seu passado / presente (1957-1958). Revista Brasileira de História (Impresso), v. 61, p. 98-124, 2011; CALIL, Gilberto. O Integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

[6]Cf. CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. Tese de doutorado (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

[7] Isso não subtrai, no entanto, a intensidade do elemento golpista no integralismo, o qual Beired denominou "cultura golpista" - BEIRED, José Luis Bendicho. Sob o signo da nova ordem: Intelectuais autoritários no Brasil e Argentina. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

[8] Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional – Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/arena/arquivos/Estatutos.pdf>;; (acesso: 12 jan. de 2013).

[9] GRINBERG, Lucia. Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

[10] POWER, Timothy J. The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions and Democratization. The Pennsylvania State University Press, 2000.

[11] Cf. TERNUMA (Grupo Terrorismo Nunca Mais) – http://www.ternuma.com.br (acesso em 20 jan. de 2013).

[12] Aliança Renovadora Nacional – ARENA – Estatuto. Diário Oficial da União, 13/11/2012, pp. 202-203.

[13] A direita dá as caras. Revista Fórum, 07/08/2012. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2012/08/a-direita-da-as-caras/>;; (acesso: 10 jan. de 2013).

[14] DEBAETS, Amy Michelle. Enhancement for All? A Feminist Ethical Analysis of the Discourses and Practices of Democratic Transhumanism Conference Proceedings from Societas Ethica Annual Conference 2011, The Quest for perfection. The Future of Medicine/Medicine of the future, August 25-28, 2011. Universita della Svizzera Italiana, Lugano, Switzerland. Disponível em: <http://www.ep.liu.se/ecp/074/001/ecp11074001.pdf>;; (Acesso em 01 jan. de 2013).

[15] Cf. Estudante que tenta refundar a Arena tem bolsa no Prouni. Estado de São Paulo, 16/11/2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,estudante-que-tenta-refundar-a-arena-tem-bolsa-no-prouni,961183,0.htm> (Acesso em 02 fev. de 2013).

[16] TAROUCO, Gabriela da Silva. O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1999.

[17] Cf. Enéas Filho candidato a Vereador em SP não é filho do ex-deputado Enéas Carneiro. O Globo. 01/09/2008. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/eleicoes-2008/eneas-filho-candidato-vereador-em-sp-nao-filho-do-ex-deputado-eneas-carneiro-5006316>;; (Acesso em 12 fev. de 2013).

[18] Não cabe aqui analisar, no entanto, se existe embasamento legal dessa tentativa de recriação partidária. Objetiva-se, aqui, a abordagem sobre o embate memória e história envolvendo o PRONA de Enéas Carneiro e a iniciativa de recriação da legenda.

[19] Estatuto do Partido de Reedificação da Ordem Nacional [PRONA 2012] – Disponível em: <http://pronabrasil.com.br/estatuto/>;; (acesso em 12 jan. de 2013). Estatuto do PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional) [PRONA 1989]. Disponível em: <http://www.prona.org.br/interna1.asp?id=5&;;cidade=Brasil> (acesso em 10 dez. de 2011).